

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RJ**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 33.206/2023

PREGÃO ELETRÔNICO 261/2023

CEDI CORDEIRO DIAGNOSTICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ nº 04.564.513/0001-86, sediada no Município de Cordeiro/RJ, na Rua Agostinho Mazzo, nº 26, Imigração, CEP 28540-000, vem, por seu representante legal, srº GUSTAVO ARAGON LIMA, inscrito no CPF nº 015.874.007-66, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

supra mencionado, que faz nos seguintes termos:

TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

Nos termos do artigo 42 da Lei de Licitações, toda e qualquer licitante pode impugnar o presente instrumento convocatório em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

Portanto, considerando que o CNPJ da impugnante contempla o objeto licitado, demonstrada a legitimidade e tempestividade da presente impugnação.

FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

EXIGÊNCIA ABUSIVA – RESTRIÇÃO À
COMPETITIVIDADE DO CERTAME LICITATÓRIO

Trata-se de processo licitatório para registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestar serviço de realização de exames de imagem e exames com sedação para atender a demanda da Central de Regulação, Controle e Avaliação e Hospital Municipal Raul Sertã.

Os princípios que regem as licitações públicas estão insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar uma exigência que macula o certame, conforme passa a demonstrar.

Extrapolando a finalidade contida na lei, o edital previu exigências abusivas, previstas no item 6.3 do Termo de Referência, que limitam a participação de empresas ao Lote 1, aonde as mesmas deverão ter sua sede dentro do Município de Nova Friburgo, ainda sim se contradizendo aonde determina no Lote 2 e 3 que poderão participar demais empresas até 150 km sede do Município licitante *in verbis*:

6.3. A prestação do Serviço deverá ser realizada, nos seguintes moldes:

6.3.1. LOTE 1 os exames deverão ser realizados dentro do Município Contratante, devido ao quadro clínico dos pacientes, muitos deles impossibilitados de serem removidos por grandes distâncias para realização dos exames.

6.3.2. LOTES 2 e 3, os exames deverão preferencialmente serem prestados dentro do Município Contratante, caso não haja prestador dentro do Município, os mesmos poderão ser prestados em outro Município dentro de um raio de até 150 Km.

Ocorre que tal exigência desborda do mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, conduzindo à restrição ilegal da licitação.

A nova lei de licitação em seu artigo 9º (referente ao artigo 3º, parágrafo 1º da lei 8.666/93), ao dispor sobre o edital e objeto licitado, previu expressamente que:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

Portanto, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica/jurídica suficiente a justificar a restrição, torna-se ilegal e abusiva.

No presente caso, ao exigir que a prestação do serviço seja realizada no Município de Nova Friburgo no Lote 1, e/ou em uma distância máxima de 150 km no lote 2 e 3, o edital restringe a ampla competitividade sem fundamento técnico justificável.

O Município licitante justifica a exigência sob alegação de que muitos pacientes, devido ao quadro clínico, não tem condições de serem removidos para longas distâncias.

Ora, a condição clínica de um paciente é algo relativo e precisa ser analisada caso a caso, ocasião em que é observado um conjunto de sintomas, sinais, histórico médico e resultados de exames que um paciente apresenta durante uma consulta médica.

Com isso, alegar que muitos pacientes não possuem quadro clínico capaz de se deslocar para a realização de exame não pode ser o único fator determinante para impor a limitação geográfica em um certame licitatório.

As exigências editalícias devem estar munidas de razoabilidade e as que eventualmente indiquem quebra de isonomia devem encontrar uma justificativa a altura, sob pena de restringir o caráter competitivo e beneficiar empresas, afrontando a legalidade.

Nesse sentido vale destacar o ensinamento deixado pelo ilustre jurista Hely Lopes Meirelles:

“A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguala os iguais ou iguale os desiguais” (Meirelles, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 39ª edição, p. 296).

Ainda que a legislação brasileira permita a inclusão de cláusula restritiva de limitação geográfica, a administração pública deve apresentar uma justificativa crível, já que tem caráter excepcional.

No caso concreto, tem-se evidenciada uma restrição infundada, cujo direcionamento do certame será inevitável ou considerado deserto, como o certame do processo n.º 12192/2023, que teve o mesmo objeto e a mesma cláusula.

A exigência de limitação geográfica fere a competitividade, conforme precedente sobre o tema:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SEGUNDA
CÂMARA CÍVEL - Nº 70078767928 (Nº CNJ: 0242004-
34.2018.8.21.7000) - COMARCA DE TUPANCIRETÃ/RS

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. EDITAL COM LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DE EMPRESAS PARTICIPANTES. AFRONTA AO CARÁTER COMPETITIVO E À ISONOMIA. Hipótese em que o edital licitatório prevê limitação geográfica para as empresas participantes do certame, autorizando somente de empresas sediadas no Município de Tupanciretã ou no Estado do Rio Grande do Sul, importando, a priori, violação ao caráter competitivo da licitação, ferindo o objetivo de seleção de proposta mais vantajosa para a Administração, art. 3º da Lei nº 8.666/93. Ademais, não se denota motivo para a restrição, sequer em razão do objeto do certame. As exigências editalícias devem estar munidas de razoabilidade e as que eventualmente indiquem quebra de isonomia devem encontrar justificativa a altura, sob pena de restringir o caráter competitivo e beneficiar empresas.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.
UNÂNIME.

Ou seja, tal exigência desborda do mínimo razoável admitido à legislação, doutrina e ampla jurisprudência acerca da matéria, devendo ser retirado.

Diante de todo o exposto, requer a imediata suspensão do processo de forma a possibilitar a revisão do item supra referido, de modo a ser excluída a exigência de limitação geográfica, possibilitando assim a manutenção da lisura e legalidade do certame.

Nestes termos,
pede Deferimento.

Nova Friburgo, 29 de dezembro de 2023.